

Curso de Formação Inicial em Agente de INCLUSÃO DIGITAL

MÓDULO AVANÇADO



GOVERNO ELETRÔNICO (E-Gov)

 editoraifrn


Didáticos

Bernardino Galdino de
Sena Neto



GOVERNO DO BRASIL

Presidente da República.....JAIR MESSIAS BOLSONARO

Ministro da Educação.....ABRAHAM WEINTRAUB

Diretor de Educação a Distância da CAPES.....CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA

Reitor do IFRN.....WYLLYS ABEL FARKATT TABOSA

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação.....MÁRCIO ADRIANO DE AZEVEDO

Coordenadora da Editora do IFRN.....KADYDJA KARLA NASCIMENTO CHAGAS

Diretor Geral *Pro Tempore* do Campus

Avançado Natal – Zona Leste/IFRN.....JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA DOS SANTOS

Diretor Acadêmico do Campus

Avançado Natal – Zona Leste/IFRN.....ALBÉRICO TEIXEIRA CANÁRIO DE SOUZA



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte
Campus Avançado Natal - Zona Leste

CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL EM AGENTE DE INCLUSÃO DIGITAL

MÓDULO AVANÇADO

GOVERNO ELETRÔNICO (E-Gov)

Professor autor.....BERNARDINO GALDINO DE SENA NETO

Diretor de Educação a Distância

e Tecnologias Educacionais.....GLÁCIO GLEY MENEZES DE SOUZA

Coordenador de Mídias Educacionais.....JOSENILDO RUFINO DA COSTA

Revisora linguística.....VALESKA LIMEIRA AZEVEDO GOMES

Revisora ABNT.....SANDRA NERY DA SILVA BIGOIS

Diagramador e ilustrador.....LEONARDO DOS SANTOS FEITOZA

S474g

Sena Neto, Bernardino Galdino de
Governo eletrônico e-Gov (livro eletrônico) / Bernardino
Galdino de Sena Neto. – Natal : IFRN, 2019.
2.272,8 Kb ; PDF. il. color.

ISBN: 978-65-86293-09-8 (recurso eletrônico)

Inclui referências

Material didático do Curso de Formação Inicial em Agente de
Inclusão Digital na modalidade à distância.

1. Governo eletrônico – E-Gov. 2. Transparência pública. 3. Acesso
a informação. 4. E-Gov e sociedade. 5. Administração pública. I. Título.

CDU 35:004

Catálogo na Publicação elaborada pela Bibliotecária Sandra Nery S Bigois CRB15: 439
Biblioteca Sebastião Názaro do Nascimento (BSNN) – Campus Zona Leste - EaD / IFRN.

GOVERNO ELETRÔNICO (E-Gov)

GOVERNO ELETRÔNICO: ASPECTOS, CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES

Olá, aluno(a)! Bem-vindo(a) a esta disciplina!

Sabemos que, com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação, tornou-se comum o acesso às informações das mais variadas formas em nosso dia a dia. Acessamos informações por jornais e livros impressos, pelo rádio, pela televisão, pelo computador e, mais recentemente, pelos *smartphones*.

Essa disponibilidade trazida pela internet incrementou a possibilidade de divulgação das ações por parte das instituições públicas, fortalecendo o cidadão enquanto principal interessado nesse conhecimento.

Assim, aqui propomos conceitos sobre as formas de divulgação das ações públicas, das quais somos os principais interessados. Prontos para iniciar este estudo? Vamos lá!

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM



- Compreender a concepção de Governo Eletrônico (E-Gov).
- Aprofundar os conhecimentos sobre o E-Gov e sua função na Administração Pública.
- Conhecer as principais ferramentas do E-Gov e suas funcionalidades.

VAMOS LEMBRAR



É bom lembrar que, todos nós enquanto cidadãos, temos o direito de acesso às informações sobre os gastos públicos do país no qual vivemos. Pensando nisso, vamos apresentar e discutir os principais conceitos sobre o tema transparência na Administração Pública. Bons estudos!

APRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO

GOVERNO ELETRÔNICO: BREVE HISTÓRICO E CONCEPÇÕES



Fonte: adaptado do original de @pixabay disponível em <https://www.pexels.com/photo/alphabets-close-up-computer-connection-532173/>

Diariamente, estamos envolvidos pelos mais diversos sistemas, como os sistemas escolares, os sistemas comerciais, os sistemas de convivência com o outro. Não obstante, a Administração Pública precisou desenvolver sistemas de informação que facilitassem a comunicação com o seu público usuário, ou seja, com as pessoas em geral.

Com o passar dos tempos e a modernização da organização pública, os vários sistemas de informação foram paulatinamente melhorados até chegar ao que temos hoje como Governo Eletrônico.

REFLITA!

Você já ouviu falar do termo “Governo Eletrônico” (E-Gov)? Sabe o que significa isso? Esse termo, do inglês e-gov ou *electronic government*, pode ser sintetizado na ideia de Administração Pública Eletrônica, ou seja, o meio pelo qual o gestor público presta contas à sociedade sobre determinadas ações.

É necessário lembrar que essas transformações da sociedade foram decorrentes da globalização mundial, a qual favoreceu e, até certo modo, obrigou as organizações a repensarem a sua prática de gestão. Segundo Vieira e Santos, “As mudanças trazem consigo a oportunidade de disseminar mais rapidamente as informações e a prestação de serviços mais eficientes através das novas tecnologias” (VIEIRA; SANTOS. 2010, p. 3).

Embora comumente associe-se ao desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a ideia de Governo Eletrônico nos remete a outra ideia: a de controle social, em que a população pode intervir diretamente nas ações públicas, opinando e participando da gestão pública do país, dos estados e dos municípios.

Levando em conta que, historicamente, o Brasil foi marcado por uma visão patrimonialista de Estado, na qual os interesses dos governantes se sobrepunham aos interesses coletivos, a prática do controle social foi pouco desenvolvida no decorrer do século XX. Somente a partir da redemocratização do país e da Constituição Federal de 1988 é que a temática do controle social e *accountability* aparecem com maior clareza.

ATENÇÃO! ||

De forma geral, o termo *accountability* significa prestar contas. De acordo com Matias-Pereira,

[...] o conjunto de mecanismos e procedimentos que induzem os dirigentes governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações à sociedade, garantindo-se dessa forma maior nível de transparência e a exposição pública de políticas públicas. Quanto maior a possibilidade de os cidadãos poderem discernir se os governantes estão agindo em função do interesse da coletividade e sancioná-lo apropriadamente, mais *accountable* é um governo. Trata-se de um conceito fortemente relacionado ao universo político administrativo anglo-saxão. (MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 70)

Para aprofundar os conhecimentos sobre *accountability*, acesse:

https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/viewFile/314/pdf_162

Com a evolução tecnológica ocorrida em nível global, alguns elementos foram importantes para o avanço da concepção de E-Gov no Brasil. Segundo Diniz *et al* (2009), podemos assinalar os seguintes pontos:

- A modernização da Administração Pública brasileira com o uso das TIC;
- A melhoria da eficiência governamental por meio dos processos operacionais e administrativos;
- O crescente uso das tecnologias de informação pelos usuários, pelas empresas privadas e pelas organizações não governamentais;
- A necessidade de substituição gradativa do papel impresso pelas mídias digitais e pelos serviços *on-line*;
- O avanço da infraestrutura pública e das telecomunicações.

Esses elementos são considerados de suma importância para o desenvolvimento de ações em torno da divulgação mais transparente e acessível à população e, conseqüentemente, impulsionaram temas - como desempenho, eficiência, eficácia, transparência, mecanismos de controle, qualidade do gasto público e prestação de contas - relacionados ao processo de modernização da gestão pública e associados ao processo de construção de programas de Governo Eletrônico.

O desdobramento desses temas em políticas públicas e em iniciativas concretas, explicitadas nos programas de Governo, requer o uso de tecnologia, tornando os programas de E-Gov alavancadores de novos patamares de eficiência da Administração Pública (DINIZ *et al*, 2009, p. 25). Sendo assim, embora não possamos dizer que o controle da sociedade pelos cidadãos seja feito exclusivamente pelos canais proporcionados pelo E-Gov, há de se creditar importância à tecnologia no processo de viabilização da prática de tornar transparentes os gastos públicos realizados pelo gestor público.

De forma resumida, apresentamos outros elementos que, segundo Diniz *et al* (2009), favoreceram o desenvolvimento do E-Gov no Brasil, conforme ilustrado no Quadro a seguir:

Quadro 1: Elementos que favoreceram o E-Gov no Brasil.

ELEMENTO IMPULSIONADOR	PERSPECTIVA DE MUDANÇA
Esgotamento do modelo burocrático do Estado.	Necessidade de mudança gerencial face às novas tecnologias e à complexidade da sociedade moderna.
Reforma gerencial encampada pela Reforma Bresser-Pereira.	Iniciada na década de 1990, tendo como objetivo a busca pela excelência na prestação dos serviços públicos.
Desenvolvimento e consolidação do comércio eletrônico (<i>e-commerce</i>).	Iniciada na década de 2000, com as transações comerciais mediadas e impulsionadas pelo uso da <i>internet</i> .
Desenvolvimento do Governo Eletrônico propriamente dito.	Entendido como um conjunto de ações em torno da modernização da Administração Pública.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

- 1) De acordo com o material estudado, aponte e explique duas características que proporcionaram o desenvolvimento do Governo Eletrônico no Brasil. Em seguida, compartilhe sua resposta no fórum específico do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a fim de discutir sobre o tema com os seus colegas.

E-GOV: FUNCIONALIDADES E IMPORTÂNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Fonte: adaptado do original de @markusspiske disponível em <https://www.pexels.com/photo/designer-monitor-screen-concept-965345/>

REFLITA!

Você sabe qual é a função do Governo Eletrônico para a Administração Pública do seu país, estado ou município?

A partir do contexto brasileiro relativo ao controle social e à transparência pública, assuntos abordados anteriormente, vamos entender as funcionalidades do E-Gov para a sociedade.

A principal função do E-Gov é disponibilizar informações para a população como meio de democratizar as ações governamentais em torno do dinheiro público utilizado. Baseando-se nisso e no princípio de publicidade (consulte o material de Noções de Administração Pública), os gestores públicos podem prestar contas de toda ação realizada em âmbito federal, estadual e municipal, e, assim, manter a população informada e participando ativamente da política pública brasileira, a partir do reconhecimento das ações desenvolvidas.

Segundo Silva e Lima (2007), os esforços para a implantação do E-Gov apontam para o caminho de dinamizar as relações entre o Governo e o cidadão e, dessa forma, promover a democratização do acesso à informação.

Nessa perspectiva, os fatores inerentes ao E-Gov, e que impactam diretamente na eficiência da gestão pública, são “a informação, as tecnologias da informação, a transparência, a participação cidadã, o controle social e a democracia” (VIEIRA; SANTOS, 2010, p. 9). Cada um desses elementos contribui para a eficiência governamental, conforme ilustrado no Quadro 2.

Quadro 2: Fatores ligados ao Governo Eletrônico.

FATORES	CONTRIBUIÇÃO PARA A EFICIÊNCIA GOVERNAMENTAL
Informação	Favorece o fluxo de informações entre Governo, empresas públicas e privadas e cidadãos, disseminando conhecimento.
Tecnologia da Informação	Contribui para a eficiência governamental, devido à rapidez com que as ações podem ser desenvolvidas e gerenciadas para o bem da população.
Transparência	Torna a gestão pública mais limpa, no sentido de prestar contas à população e atender ao princípio da publicidade, trazendo maior confiabilidade à gestão pública.
Participação cidadã	Norteia a ação da Administração Pública de um determinado país, estado ou município quanto à elaboração, à gestão e à avaliação das políticas públicas desenvolvidas, tendo o cidadão como um elemento essencial nesse processo.
Controle social	Contribui por meio da fiscalização, do monitoramento e do controle das ações do gestor público, sendo um mecanismo que possibilita o fortalecimento da cidadania, aproximando os governos dos cidadãos.
Democracia	Fortalece ações em torno dos direitos sociais, políticos e econômicos da sociedade como um todo.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Assim, podemos concluir que o E-Gov, no contexto atual, é imprescindível para o funcionamento político de um país, haja vista ser capaz de fortalecer as relações entre sociedade e Governo, por meio do diálogo e da participação cidadã na formulação, na implementação e na avaliação das políticas públicas.

APRENDENDO NA PRÁTICA

I. A partir do conteúdo abordado na aula e considerando os seus entendimentos sobre o assunto, redija um pequeno texto no qual você expresse seu ponto de vista acerca do seguinte questionamento: “É possível dizer que o E-Gov se limita ao uso direto das tecnologias de informação (como o computador) ou o conceito pode ser ampliado para outros canais de comunicação?” Justifique sua resposta e discuta suas conclusões no fórum correspondente do AVA.

ARTICULAÇÃO ENTRE E-GOV E SOCIEDADE: PRINCIPAIS FERRAMENTAS E SERVIÇOS



Fonte: adaptado do original de @jibarofoto disponível em <https://www.pexels.com/photo/photo-of-people-gathering-in-room-2833037/>

REFLITA!

Após estudar sobre a ideia e a função do E-Gov para a sociedade da qual você faz parte, é possível indicar uma ferramenta que propicie a transparência dos serviços necessária para o conhecimento da população?

A partir das mudanças trazidas para a Administração Pública no Brasil, por meio da globalização, do acesso à informação e do desenvolvimento do E-Gov, diversos mecanismos podem ser apontados como impulsionadores na divulgação de serviços e na avaliação de resultados.

De forma mais ampla, podemos citar as conferências federais, estaduais e municipais, os fóruns e as audiências públicas, os orçamentos participativos, as controladorias e os conselhos, entre outros, como mecanismos de participação e de controle social.

Quanto ao E-Gov, de forma mais específica, os mais conhecidos e utilizados no Brasil são as ouvidorias e os portais de transparência.

- **Ouvidorias:** como o próprio nome sugere, as ouvidorias têm a função de ouvir a população quanto aos anseios desta. Podem servir para ouvir sugestões de melhorias na prestação de serviços por parte da Administração Pública; ouvir críticas quanto à insatisfação popular em relação a um bem ou serviço prestado pelo Estado, como também servir de canal para denúncias da população quanto à ingerência de algum agente público, ou seja, a ouvidoria é um canal de diálogo que serve de elo entre a população e o Governo, por onde é possível apresentar denúncias e reclamações, solicitações diversas, como também sugestões e elogios. No Brasil, o E-Gov, como forma de incrementar e estimular a participação da sociedade por meio das ouvidorias, criou o e-Ouv (Sistemas de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), ligado à Controladoria Geral da União.

Figura 1: Tela de acesso ao e-Ouv.



Fonte: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx>

- **Portais de transparência:** por esses canais, todas as informações relativas à Administração Pública (com exceção de questões que requeiram sigilo garantidos por lei) são publicizadas como forma de garantir o princípio da publicidade defendida na Constituição Federal de 1988. Podemos citar como exemplos: a publicidade dos gastos realizados pelos Governos para as ações de educação, de saúde e de segurança pública, e também os gastos com pagamento de salários aos funcionários do Governo.

É importante lembrar que a lei obriga não só a União a manter um portal de transparência em funcionamento, mas todos os órgãos públicos e entes federados, como estados e municípios.

Figura 2: Tela de acesso ao Portal da Transparência do Governo Federal.



Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>

Figura 3: Tela de acesso ao Portal da Transparência do Governo do Rio Grande do Norte.



Fonte: <http://www.transparencia.rn.gov.br/>

Figura 4: Tela de acesso ao Portal da Transparência da cidade de São Paulo.



Fonte: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/Paginas/home.aspx>

Tais exemplos mostram portais que funcionam com um grau de eficiência e funcionalidade avançado, mas muitos municípios pequenos no Brasil não mantêm seus portais em funcionamento ou quando têm a página estruturada nem sempre estão atualizadas.

Uma crítica é a dificuldade de pessoas leigas compreenderem os números dispostos nos portais de transparência pública, o que os tornam ineficazes.

APRENDENDO NA PRÁTICA

I. Chegamos ao final do módulo sobre Governo Eletrônico (E-Gov), e você é convidado(a) a pensar criticamente sobre a função desses mecanismos de controle que o Estado oferece para a fiscalização dos serviços públicos pelo usuário. Dessa forma, avalie como a população tem sido instrumentalizada para o uso dessas ferramentas. Depois, discuta, no fórum do AVA, se existe algum incentivo para a população quanto ao conhecimento e acesso aos portais de transparência ou se, na sua opinião, eles existem apenas como um meio de a Administração Pública se adequar ao que a Lei obriga.

FEEDBACK



Olá, caro(a) aluno(a)!

Como forma de avaliar o seu desempenho sobre a transparência na gestão pública, responda ao questionário no fórum final da disciplina. A dinâmica para a realização desse fórum será a seguinte: o professor/tutor fará um questionamento sobre um dos tópicos discutidos no material. O primeiro aluno que responder à questão, deixará outra pergunta para o próximo aluno responder e assim sucessivamente. A ideia é que todos possam participar, revisando os conhecimentos adquiridos.

SÍNTESE DA UNIDADE



Nesta aula, vimos que a presença das TIC acelerou a necessidade da Administração Pública dos países, estados e municípios de criarem mecanismos de controle social, os quais favorecessem os cidadãos na fiscalização e na avaliação das políticas públicas.

Desse modo, ações em torno da criação e da manutenção dos portais de transparência passaram a ser uma obrigação, garantidas por lei, possibilitando, de um lado, a participação da comunidade em geral na gestão pública, e, de outro, o Estado prestar seus serviços de forma mais eficiente à sociedade, demonstrando as ações realizadas e os investimentos feitos com o dinheiro público em prol do bem da população.

TROCAR E CRIAR



Olá, prezado(a) aluno(a)!

De acordo com a proposta do aplicativo Tá de Pé, apresentado na seção seguinte (Aprofundar), escolha uma escola ou uma creche próxima a você, que apareça no aplicativo como obra inacabada ou com entrega atrasada. Logo, faça um relato da situação apresentada, apontando como esses mecanismos de transparência auxiliam no controle por parte da população. Exponha suas conclusões, no fórum específico para este fim, como meio de socializar/compartilhar esse conhecimento com os seus colegas.

APROFUNDAR

Como sugestão para aprofundar os conhecimentos sobre transparência pública, indicamos pesquisa neste site, o qual contém diversos aplicativos voltados ao acesso da população a dados abertos do setor público: <http://dados.gov.br/aplicativos>.

Outro aplicativo que facilita a cobrança da população ao Governo é o **Tá de Pé**. Nele, é possível fiscalizar obras de escolas e de creches públicas perto de você, bem como pressionar por uma gestão mais eficiente de recursos públicos. Acesse: <https://www.transparencia.org.br/projetos/tadepe>.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Como atividade prática, e objetivando levar o aluno a conhecer um pouco mais sobre os portais de transparência no Brasil, faça uma pesquisa em, pelo menos, cinco portais de transparência entre estados e municípios brasileiros, variando no tamanho desses. Após isso, responda às seguintes questões:

1. Os sites contêm informações claras e precisas sobre as ações públicas do referido estado/município?
2. A apresentação das informações é de fácil acesso?
3. Algum município pesquisado não tem um portal de transparência funcionando adequadamente?
4. Compartilhe sua pesquisa no fórum da disciplina e discuta suas descobertas com os colegas.

REFERÊNCIAS

DINIZ, Eduardo Henrique *et al.* **O Governo Eletrônico no Brasil:** perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. Revista de Administração Pública RAP: Rio de Janeiro 43(1):23-48, jan./fev. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n1/a03v43n1.pdf>. Acesso em 22 fev. 2019.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública:** foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Helena Pereira da; LIMA, Jussara Borges de. **Governo Eletrônico e informação utilitária:** uma relação necessária para uma efetiva inclusão digital. 2007. Artigo [on-line]. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/governo-eletr%C3%B4nico-e-informa%C3%A7%C3%A3o-utilit%C3%A1ria-uma-rela%C3%A7%C3%A3o-necess%C3%A1ria-para-uma-efetiva-inclus%C3%A3o>. Acesso em: 22 fev. 2019.

VIEIRA, Flávia Monaco; SANTOS, Vando Vieira Batista dos. **Governo Eletrônico:** a busca por um governo mais transparente e democrático. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 3, 2010, Brasília. Anais ... Disponível em: http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_III_congresso_consad/painel_5/governo_eletronico_a_busca_por_um_governo_mais_transparente_e_democratico.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.



 editoraifrn

 Didáticos

 **INSTITUTO FEDERAL**
Rio Grande do Norte
Campus Avançado Natal - Zona Leste

MINISTÉRIO DA
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

ISBN 978-65-86293-09-8



9 786586 293098 >